



## **COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE.**

### **REQUERIMENTO nº                      DE 2018.** **(Do Sr. Angelim)**

Requer a realização de Audiência Pública para debater o Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica – PARFOR.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal e do artigo 24, inciso III, combinado com os artigos 32, inciso IX, e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário, seja realizada Audiência Pública para debater o Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica – PARFOR.

Por oportuno, indico para compor a mesa, como debatedores, as seguintes representantes:

- Andrea Gouveia - Presidenta da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED);
- Heleno Araújo – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE);
- Iria Brzezinski - Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE);
- Josenilda Maués - Presidente do Fórum Nacional de Coordenadores Institucionais do PARFOR (FORPARFOR);



- Márcia Maria Gurgel Ribeiro - Presidente do Fórum de Dirigentes de Faculdades, Centros de Educação e Equivalentes das Universidades Públicas (FORUMDIR).
- Mark Clark - Coordenador do PARFOR na Universidade Federal do Acre (UFAC);

## **JUSTIFICATIVA**

O PARFOR, ao longo dos seus nove anos de implantação, formou um total de 2.870 turmas em todo o Brasil, em mais de cem IES, com um número aproximado de 30.000 egressos, dados que mostram a capilaridade e eficácia do programa, em consonância com a meta 15 do PNE, que busca a garantia de que todos os professores da educação básica possuam formação específica em nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Assim, desde 2009 o PARFOR abre todos os anos turmas especiais em cursos de licenciatura e em programas de segunda licenciatura, na modalidade presencial, exclusivas para educadores das redes públicas que não possuem formação superior na área em que atuam, conforme exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), alcançando as mais remotas demandas por formação, que se encontram, sobretudo, nas áreas rurais do país, em regiões onde são inexistentes ou precários os mecanismos e meios necessários à realização de cursos na modalidade à distância.

Dentre os mais de 2,2 milhões de docentes que atuam na educação básica no Brasil, 74% tem nível superior completo/licenciatura, todavia é, ainda, significativo o percentual restante daqueles que não possuem nível superior ou a formação adequada na área em que atuam.

Sabe-se, igualmente, que esses percentuais se concentram nas regiões Norte e Nordeste do país, as quais possuem menor número de Universidades



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado ANGELIM - PT/AC**

Públicas e onde as dificuldades de habilitação à educação a distância são mais presentes..

Diante de notícias que dão conta da decisão do governo Temer de concluir o PARFOR e construir uma nova proposta para a formação de professores em atividade, torna-se urgente que a Comissão de Educação debata este assunto, razão pela qual conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, 04 de abril de 2018.

**ANGELIM**  
**Deputado Federal**  
**PT/AC**